



NOTA DO CRP 20 SOBRE A PEC 55/2016

O Conselho Regional de Psicologia 20ª Região – CRP-20, formado pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, com Sede na Cidade de Manaus (AM), no cumprimento de sua atribuição de zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão vem defender o Estado Democrático de Direito e nos posicionamos de forma veemente pela garantia e ampliação de direitos para o exercício de uma cidadania plena, pautada nos princípios de igualdade, liberdade e pluralismo de ideias.

No entendimento do Plenário do CRP 20, a PEC 241/2016, ora chamada de PEC 55 devido a atual tramitação no Senado Federal, representa uma ameaça direta ao projeto de nação garantidor de direitos de todas as cidadãs e os cidadãos, pois afeta diretamente orçamentos da Saúde e Educação, bem como outras políticas públicas.

Ao fixar por vinte anos a despesa primária do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, limitando-a à despesa primária do ano anterior reajustada pela inflação, o “Novo Regime Fiscal” proposto por esta PEC impedirá a expansão dos investimentos federais em políticas de garantia dos direitos à saúde, à educação, à assistência social, ao saneamento, à segurança pública, dentre outros. Coloca em risco conquistas do povo brasileiro como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social e nos afastam do horizonte de alcançar a universalização de outros direitos indispensáveis à cidadania e ao bem-estar social.

Projetos como esse apontam para uma política calcada em um suposto crescimento econômico baseado no cerceamento das políticas sociais que beneficiam toda a população, corrompendo a possibilidade de promover uma transformação social que valoriza o interesse público, o bem comum e os direitos constitucionais, subvertendo a possibilidade de construção de uma educação capaz de promover uma transformação social que valoriza o ser humano, o interesse público, o bem comum e os direitos constitucionais. O papel de desenvolver indivíduos críticos e autônomos é revolido a serviço dos interesses ligados a uma sociedade mercantil, (re) produzindo e perpetuando um sistema de desigualdade, desalento e exclusão social.

A Psicologia como Ciência e Profissão deve estar embasada na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Código de Ética do Psicólogo, reimpressão 2014). Ao encontrar-se nas políticas públicas, deve contribuir para a universalização do acesso aos direitos na lógica de promoção de autonomia dos sujeitos em suas realidades.

Portanto, o Plenário do Conselho Regional de Psicologia 20ª Região reitera a defesa premente da Democracia, que se traduz por meio de um posicionamento institucional, contrário à PEC 55/2016 e se posiciona a favor de uma gestão pública comprometida na aplicação eficaz de recursos de forma transparente e democrática visando concretizar os direitos sociais assegurados na Carta Magna a todas as cidadãs e todos os cidadãos.